



Hugo Goes

Manual de Direito Previdenciário

teoria e questões

11ª edição

Atualizado conforme o Decreto 8.499/2015; as Leis 13.161/2015, 13.169/2015, 13.183/2015, 13.189/2015; e a Medida Provisória 696/2015.



Ferreira

Rio de Janeiro
2016

Copyright © Editora Ferreira Ltda., 2006-2016.

11ª edição, 2ª reimpressão, 2016.

Equipe editorial

Capa e diagramação:

Bruno Barrozo Luciano

Thais Xavier Ferreira

Preparação e revisão:

Andrea Regina Oliveira Almeida

Pâmela Isabel Oliveira

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos de autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Depósito legal na Biblioteca Nacional conforme Decreto nº 1.825, de 20 de dezembro de 1907.

Impresso no Brasil/*Printed in Brazil*



CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

G543m

11. ed.

Goes, Hugo Medeiros de, 1968-

Manual de direito previdenciário : teoria e questões / Hugo Goes. - 11.
ed. - Rio de Janeiro: Ed. Ferreira, 2016.

880 p.

(Concursos)

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7842-339-1

1. Previdência social - Legislação - Brasil. 2. Seguridade social - Legislação
- Brasil. 3. Serviço público - Brasil - Concursos. I. Título. II. Série.
15-28088 CDU: 349.3(81)

Editora Ferreira

contato@editoraferreira.com.br

www.editoraferreira.com.br

Sumário

Apresentação	XXVII
Siglas e abreviaturas	XXIX
 Capítulo 1 – Seguridade Social	 1
1 Origem e evolução legislativa da Previdência Social no Brasil	1
1.1 Lei Eloy Chaves e as Caixas de Aposentadorias e Pensões	1
1.2 Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs)	3
1.3 FUNRURAL	4
1.4 Instituto Nacional de Previdência Social (INPS)	4
1.5 Novos benefícios previdenciários	4
1.6 Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (SINPAS)	5
1.7 Instituto Nacional do Seguro Social – INSS	5
1.8 Ministério do Trabalho e Previdência Social	6
1.9 Leis básicas da Previdência Social	6
1.10 Arrecadação e fiscalização das contribuições previdenciárias	7
1.11 A Previdência Social nas Constituições Federais	8
1.12 Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC	12
1.13 Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal – FUNPRESP	12
2 Conceituação	14
2.1 Saúde	15
2.2 Assistência Social	15
2.3 Previdência Social	15
2.3.1 Regime Geral de Previdência Social	16
2.3.2 Regimes Próprios de Previdência Social dos servidores públicos e militares	16

2.3.3	Previdência Complementar	21
3	Princípios constitucionais da Seguridade Social	23
3.1	Universalidade da cobertura e do atendimento (CF, art. 194, parágrafo único, I)	24
3.2	Uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços entre as populações urbanas e rurais (CF, art. 194, parágrafo único, II)	25
3.3	Seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços (CF, art. 194, parágrafo único, III)	25
3.4	Irredutibilidade do valor dos benefícios (CF, art. 194, parágrafo único, IV)	26
3.5	Equidade na forma de participação no custeio (CF, art. 194, parágrafo único, V)	31
3.6	Diversidade da base de financiamento (CF, art. 194, parágrafo único, VI)	31
3.7	Caráter democrático e descentralizado da administração – gestão quadripartite (CF, art. 194, parágrafo único, VII)	34
3.8	Preexistência do custeio em relação ao benefício ou serviço (CF, art. 195, §5º)	35
3.9	Anterioridade nonagesimal (CF, art. 195, §6º)	35
3.10	Solidariedade (CF, art. 3º, I, e <i>caput</i> do art. 195)	37
4	Dispositivos constitucionais referentes à Previdência Social	37
4.1	Caráter contributivo	38
4.2	Filiação obrigatória	38
4.3	Equilíbrio financeiro e atuarial	38
4.4	Garantia do benefício mínimo	39
4.5	Atualização monetária dos salários de contribuição	39
4.6	Preservação do valor real dos benefícios	40
4.7	Contagem recíproca do tempo de contribuição	40
4.8	Proibição de critérios diferenciados para concessão de aposentadoria	41
4.9	Sistema especial de inclusão previdenciária	42
4.10	Previdência Complementar facultativa	43
5	Organização da Seguridade Social	43
5.1	Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS	44
5.1.1	Composição do CNPS	44
5.1.2	Competência do CNPS	45

5.1.3	Competência dos órgãos governamentais	46
5.1.4	Publicidade das resoluções	46
5.1.5	Reuniões do CNPS	46
5.1.6	Estabilidade no emprego dos representantes dos trabalhadores	46
5.2	Conselhos de Previdência Social – CPS	47
5.2.1	Composição	47
5.3	Conselho de Recursos da Previdência Social – CRPS	47
5.3.1	Composição do CRPS	48
5.3.2	Juntas de Recursos	49
5.3.3	Câmaras de Julgamento	49
5.3.4	Conselho Pleno	50
5.3.5	Gratificação dos membros do CRPS	50
	Exercícios de Fixação	50
	Capítulo 2 – Legislação Previdenciária	63
1	Lei e legislação	63
2	Fontes	63
3	Autonomia	67
4	Aplicação	68
5	Vigência	70
6	Hierarquia	71
7	Interpretação	73
8	Integração	73
8.1	Analogia	74
8.2	Princípios gerais da Seguridade Social	74
8.3	Princípios gerais do Direito	74
8.4	Equidade	74
	Exercícios de Fixação	75
	Capítulo 3 – Regime Geral de Previdência Social	77
1	Introdução	77
2	Beneficiários do Regime Geral de Previdência Social	77
2.1	Segurados obrigatórios	79
2.1.1	Segurado empregado	80

2.1.2	Segurado empregado doméstico	92
2.1.3	Segurado trabalhador avulso	94
2.1.4	Segurado especial	97
2.1.4.1	Regime de economia familiar	98
2.1.4.2	Local da residência do segurado especial	99
2.1.4.3	Produtor rural	99
2.1.4.4	Pescador artesanal	101
2.1.4.5	Cônjuge, companheiro e filho maior de 16 anos de idade	102
2.1.4.6	Não descaracterização da condição de segurado especial	103
2.1.4.7	Membro do grupo familiar que possui outra fonte de rendimento	104
2.1.4.8	Data da exclusão do segurado especial	106
2.1.4.9	Comprovação da atividade rural	107
2.1.5	Segurado contribuinte individual	108
2.1.6	Situações específicas	125
2.1.6.1	Dirigente sindical	125
2.1.6.2	Aposentado que volta a trabalhar	126
2.1.6.3	Trabalhador que exerce mais de uma atividade	126
2.1.6.4	Enquadramento realizado pela fiscalização	127
2.2	Segurado facultativo	127
2.3	Dependentes	129
2.3.1	Cônjuge	130
2.3.2	Companheira e companheiro	131
2.3.3	Companheiros homossexuais	133
2.3.4	Filhos	134
2.3.5	Equiparados a filhos	136
2.3.6	Os pais	139
2.3.7	Irmãos	139
3	Filiação do segurado	140
4	Inscrição do segurado	140
5	Inscrição do dependente	142
5.1	Comprovação do vínculo e da dependência econômica	142
6	Trabalhadores excluídos do RGPS	144
	Exercícios de Fixação	145

Capítulo 4 – Manutenção e perda das qualidades de segurado e de dependente ..	159
1 Manutenção da qualidade de segurado	159
2 Direitos preservados durante o período de graça	162
3 Perda da qualidade de segurado	163
3.1 Efeitos da perda da qualidade de segurado	164
4 Contribuinte individual em débito com a Previdência	165
5 Perda da qualidade de dependente	167
Exercícios de Fixação	171
 Capítulo 5 – Prestações do Regime Geral de Previdência Social	 175
1 Conceitos introdutórios	177
1.1 Carência	178
1.1.1 Contagem do período de carência	178
1.1.2 Contagem da carência para o segurado especial	182
1.1.3 Benefícios sujeitos a carência	184
1.1.4 Perda da qualidade de segurado	185
1.1.5 Regra de transição	186
1.2 Salário de benefício (SB)	189
1.2.1 Cálculo do salário de benefício	189
1.2.2 Cálculo do salário de benefício para segurados filiados ao RGPS até 28/11/99	194
1.2.3 Salário de benefício do segurado que contribuir em razão de atividades concomitantes	196
1.2.4 Fator previdenciário	197
1.3 Limites da renda mensal do benefício	200
1.3.1 Reajustamento do teto do RGPS	201
1.3.2 Revisão do teto do RGPS nas Emendas Constitucionais 20/1998 e 41/2003	202
1.4 Reajustamento do valor do benefício	203
1.5 Data de pagamento dos benefícios	205
1.6 Acidente do trabalho	207
1.6.1 Hipóteses equiparadas a acidente do trabalho	208
1.6.2 Nexo técnico epidemiológico	209
1.6.3 Comunicação do Acidente de Trabalho – CAT	209
1.6.4 Dia do acidente	210

1.6.5	Estabilidade no emprego	210
2	Benefícios do RGPS	211
2.1	Aposentadoria por invalidez	211
2.1.1	Verificação da incapacidade	211
2.1.2	Doença preexistente	213
2.1.3	Beneficiários	213
2.1.4	Carência	214
2.1.5	Renda mensal inicial	214
2.1.6	Data de início da aposentadoria por invalidez	217
2.1.7	Cessação do benefício	218
2.1.8	Situação trabalhista do empregado	219
2.2	Aposentadoria por idade	221
2.2.1	Perda da qualidade de segurado	224
2.2.2	Aposentado que permanece em atividade ou que a ela retorna	225
2.2.3	Aposentadoria compulsória	225
2.2.4	Beneficiários	226
2.2.5	Carência	226
2.2.6	Renda mensal inicial	227
2.2.7	Data de início do benefício	228
2.2.8	Cessação do benefício	228
2.3	Aposentadoria por tempo de contribuição	230
2.3.1	Aposentadoria do professor	231
2.3.2	Beneficiários	232
2.3.3	Carência	233
2.3.4	Renda mensal inicial	234
2.3.5	Aposentadoria proporcional	235
2.3.6	Direito adquirido	236
2.3.7	Tempo de contribuição	237
2.3.8	Prova do tempo de contribuição	242
2.3.9	Contagem recíproca de tempo de contribuição	246
2.3.10	Período de atividade do contribuinte individual alcançado pela decadência	249
2.3.11	Aposentado que permanece em atividade ou que a ela retorna	250
2.3.12	Data de início do benefício	250

2.3.13	Cessação do benefício	251
2.4	Aposentadoria especial	252
2.4.1	Comprovação da exposição	254
2.4.2	Agentes nocivos	255
2.4.3	Conversão de tempo entre atividades especiais	258
2.4.4	Conversão de tempo especial para comum	260
2.4.5	Impossibilidade de conversão de tempo comum para especial	262
2.4.6	Beneficiários	263
2.4.7	Carência	264
2.4.8	Renda mensal inicial	264
2.4.9	Aposentado que permanece em atividade ou que a ela retorna	264
2.4.10	Data de início do benefício	265
2.4.11	Cessação do benefício	265
2.4.12	Previsão constitucional	266
2.5	Aposentadoria da pessoa com deficiência	267
2.5.1	Aposentadoria por tempo de contribuição da pessoa com deficiência	268
2.5.1.1	Segurado que, após a filiação ao RGPS, torna-se pessoa com deficiência, ou tem seu grau de deficiência alterado	269
2.5.1.2	Conversão do tempo de contribuição especial para fins de aposentadoria por tempo de contribuição da pessoa com deficiência	270
2.5.2	Aposentadoria por idade da pessoa com deficiência	272
2.5.3	Beneficiários	273
2.5.4	Carência	274
2.5.5	Renda mensal inicial	274
2.6	Auxílio-doença	275
2.6.1	Requerimento	275
2.6.2	Verificação da incapacidade	275
2.6.3	Doença preexistente	276
2.6.4	Segurado que exerce mais de uma atividade	276
2.6.5	Beneficiários	277
2.6.6	Carência	277
2.6.7	Renda mensal inicial	278

- 2.6.8 Data de início do benefício 278
 - 2.6.9 Cessação do benefício 279
 - 2.6.10 Prazo para recuperação da capacidade 280
 - 2.6.11 Contagem do período de auxílio-doença como tempo de
contribuição 281
 - 2.6.12 Situação trabalhista do empregado 282
- 2.7 Auxílio-acidente 283
 - 2.7.1 Situações que d  o direito ao auxílio-acidente 284
 - 2.7.2 Situações que não d  o direito ao auxílio-acidente 287
 - 2.7.3 Perda da audição 287
 - 2.7.4 Beneficiários 288
 - 2.7.5 Acumulação 289
 - 2.7.6 Carência 290
 - 2.7.7 Renda mensal inicial 290
 - 2.7.8 Data de início do benefício 291
 - 2.7.9 Cessação do benefício 292
- 2.8 Salário-f  m  lia 292
 - 2.8.1 Beneficiários 293
 - 2.8.2 Carência 294
 - 2.8.3 Renda mensal do benefício 294
 - 2.8.4 Pagamento do salário-f  m  lia 295
 - 2.8.5 Data de início do benefício 297
 - 2.8.6 Suspensão do benefício 297
 - 2.8.7 Cessação do benefício 298
- 2.9 Salário-maternidade 299
 - 2.9.1 Parto 299
 - 2.9.2 Aborto não criminoso 300
 - 2.9.3 Adoção de criança 301
 - 2.9.4 Beneficiários 301
 - 2.9.5 Situação da desempregada 302
 - 2.9.6 Carência 303
 - 2.9.7 Renda mensal do benefício 303
 - 2.9.8 Pagamento do salário-maternidade 305
 - 2.9.9 Incidência de contribuição previdenciária 306
 - 2.9.10 Requerimento do benefício 307
 - 2.9.11 Acumulação 307

2.9.12	Período de duração	308
2.9.13	Programa Empresa Cidadã	309
2.9.14	Suspensão do benefício	309
2.9.15	Cessação do benefício	309
2.9.16	óbito do beneficiário	310
2.10	Pensão por morte	310
2.10.1	Morte presumida	312
2.10.2	Beneficiários	315
2.10.3	�bito ocorrido após a perda da qualidade de segurado	322
2.10.4	Carência	323
2.10.5	Renda mensal inicial	323
2.10.6	Cessa�o do pagamento da cota individual	325
2.10.7	Cessa�o do benefício	327
2.11	Auxílio-reclusão	329
2.11.1	Beneficiários	334
2.11.2	Carência	334
2.11.3	Requerimento do benefício	334
2.11.4	Conversão em pensão por morte	335
2.11.5	Renda mensal inicial	335
2.11.6	Data de início do benefício	336
2.11.7	Período de dura�o	336
2.11.8	Suspensão do benefício	337
2.11.9	Cessa�o do pagamento da cota individual	337
2.11.10	Cessa�o do benefício	337
2.12	Abono anual	338
2.12.1	Forma de cáculo	339
2.12.2	Quando é pago	340
3	Serviços do RGPS	340
3.1	Habilita�o e reabilita�o profissional	340
3.1.1	Beneficiários	341
3.1.2	Carência	341
3.1.3	Processo de habilita�o e reabilita�o profissional	341
3.1.3.1	Fornecimento de equipamentos	342
3.1.3.2	Programa�o profissional	342
3.1.3.3	Conclusão do processo	342
3.1.4	Obriga�o das empresas	343

3.2	Serviço social	344
3.2.1	Beneficiários	344
3.2.2	Carência	344
3.2.3	Regras gerais	345
4	Acumulação de benefícios	345
5	Valores que podem ser descontados dos benefícios	347
6	Recebimento de benefício por meio de procuração	349
7	Benefício devido a beneficiário civilmente incapaz	350
8	Desaposentação	351
	Exercícios de Fixação	352
	 Capítulo 6 – Empresa e empregador doméstico: conceito previdenciário	 375
1	Empresa	375
1.1	Equiparados a empresa	376
2	Empregador doméstico	377
	Exercícios de Fixação	378
	 Capítulo 7 – Financiamento da Seguridade Social	 381
1	Contribuição da União	383
2	Receitas das contribuições sociais	383
2.1	Natureza jurídica das contribuições sociais	384
2.2	Competência para instituição das contribuições sociais	387
2.3	Contribuições sociais previdenciárias	388
2.3.1	Contribuição previdenciária do segurado	388
2.3.1.1	Contribuição do empregado, empregado doméstico e trabalhador avulso	388
2.3.1.2	Contribuição do trabalhador rural contratado por produtor rural pessoa física por pequeno prazo	392
2.3.1.3	Contribuição do contribuinte individual	393
2.3.1.4	Contribuição do segurado especial	403
2.3.1.5	Contribuição do segurado facultativo	407
2.3.1.6	Arrecadação e recolhimento das contribuições dos segurados	409
2.3.2	Contribuição previdenciária da empresa	410

2.3.2.1	Contribuição da empresa sobre a remuneração de empregados e trabalhadores avulsos	411
2.3.2.2	Contribuição da empresa sobre a remuneração de contribuintes individuais	413
2.3.2.3	Contribuição da empresa sobre serviços prestados por cooperados por intermédio de cooperativas de trabalho	416
2.3.2.4	Contribuição da empresa para o RAT (antigo SAT)	418
2.3.2.5	Contribuição adicional ao RAT para o custeio da aposentadoria especial	424
2.3.2.6	Instituições financeiras	426
2.3.2.7	Desoneração da folha de pagamento	427
2.3.2.7.1	Desoneração da folha de pagamento a partir de 01/12/2015	430
2.3.2.8	Contribuição da associação desportiva que mantém equipe de futebol profissional	433
2.3.2.9	Contribuição da agroindústria	434
2.3.2.10	Contribuição do produtor rural pessoa jurídica	435
2.3.2.11	Contribuição do empregador rural pessoa física	436
2.3.2.12	Contribuição da empresa optante pelo Simples Nacional	437
2.3.2.13	Contribuição patronal do microempreendedor individual	438
2.3.2.14	Entidade beneficente de assistência social que atenda às exigências estabelecidas em lei	439
2.3.2.15	Resumo das contribuições previdenciárias patronais	439
2.3.2.16	Contribuição da empresa para outras entidades e fundos (terceiros)	443
2.3.3	Contribuição previdenciária do empregador doméstico	444
2.3.3.1	Dedução da contribuição previdenciária do empregador doméstico no imposto de renda	446
2.3.4	Contribuição previdenciária decorrente de ação trabalhista	446
2.4	Contribuições sociais não previdenciárias	448

2.4.1	COFINS	449
2.4.2	CSLL	449
2.4.3	PIS/PASEP	450
2.4.4	PIS/PASEP-Importação e COFINS-Importação	451
2.4.5	Contribuição sobre a receita de concursos de prognósticos ...	451
3	Receitas de outras fontes	452
4	Salário de contribuição	454
4.1	Conceito de salário de contribuição	455
4.2	Parcelas integrantes e não integrantes do salário de contribuição ...	456
4.2.1	Parcelas integrantes do salário de contribuição	457
4.2.2	Parcelas não integrantes do salário de contribuição	475
4.3	Proporcionalidade	496
5	Obrigações da empresa e dos demais contribuintes	497
5.1	Obrigações da empresa	497
5.2	Obrigações dos demais contribuintes	498
6	Prazo de recolhimento	500
7	Recolhimento fora do prazo: juros e multa	501
7.1	Juros de mora	502
7.2	Multa de mora	502
7.3	Multas de lançamento de ofício	504
7.3.1	Agravamento da multa de ofício	504
7.3.2	Redução da multa de ofício	505
	Exercícios de Fixação	506
	Capítulo 8 – Retenção e responsabilidade solidária	523
1	Retenção de 11%	523
1.1	Procedimento da retenção	524
1.2	Hipóteses de incidência da retenção	525
1.3	Empresa optante pelo Simples Nacional	527
1.4	Cooperativa de trabalho	528
1.5	Empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento ...	528
1.6	Jurisprudência a respeito da retenção de 11%	528
2	Responsabilidade solidária	530
2.1	Responsabilidade solidária na construção civil	531

2.1.1 A responsabilidade solidária na construção civil será elidida	533
2.2 Empresas que integram grupo econômico	534
2.3 Produtores rurais integrantes de consórcio simplificado	534
2.4 Operador portuário e OGMO	535
2.5 Administradores públicos	535
2.6 Ato praticado sem apresentação da CND	536
2.7 Situações nas quais não há responsabilidade solidária	536
3 Responsabilidade dos administradores de pessoas jurídicas de direito privado	536
Exercícios de Fixação	538
Capítulo 9 – Obrigações acessórias	543
1 GFIP	545
2 Folha de pagamento	546
3 Contabilidade	547
4 Matrícula da empresa	548
5 Matrícula de obra de construção civil	549
6 Matrícula do produtor rural pessoa física e do segurado especial	550
7 Obrigações acessórias específicas	550
7.1 Dos municípios	550
7.2 Das instituições financeiras	550
7.3 Dos cartórios de registro civil e de pessoas naturais	551
7.4 Órgãos públicos, autarquias, fundações e empresas públicas	551
7.5 Segurado especial	551
8 Prazo de arquivamento de documentos	552
Exercícios de Fixação	553
Capítulo 10 – Competência para arrecadar, fiscalizar e cobrar	557
1 Competência da Secretaria da Receita Federal do Brasil	557
2 Competência do INSS	557
3 Exame da contabilidade	558
Exercícios de Fixação	559

Capítulo 11 – Constituição do crédito previdenciário	561
1 Lançamento por homologação	561
2 Confissão de dívida tributária	563
2.1 GFIP	563
2.2 Lançamento de débito confessado	564
3 Lançamento de ofício	565
3.1 Auto de Infração	565
3.2 Notificação de Lançamento	566
Exercícios de Fixação	567
 Capítulo 12 – Parcelamento	 569
1 Condições para formalização do parcelamento	569
2 Prestações mensais acrescidas de juros	570
3 Contribuições que não podem ser objeto de parcelamento	570
4 Reparcimento	570
5 Rescisão do parcelamento	571
6 Parcelamentos concedidos a Estados, Distrito Federal ou municípios ...	571
Exercícios de Fixação	571
 Capítulo 13 – Compensação, restituição e reembolso	 575
1 Compensação	575
1.1 Compensação de valores referentes à retenção de contribuições previdenciárias na cessão de mão de obra e na empreitada	576
1.2 Impossibilidade de compensação de créditos relativos às contribuições previdenciárias com débitos de outros tributos federais	576
1.3 Compensação de ofício	577
2 Restituição	578
2.1 Restituição de valores referentes à retenção de contribuições previdenciárias na cessão de mão de obra e na empreitada	579
2.2 Restituição de contribuições para terceiros (SESC, SESI, SENAI, SENAC, SEBRAE etc.)	580
3 Acréscimo de juros	580
4 Reembolso	581
5 Discussão administrativa	581
Exercícios de Fixação	582

Capítulo 14 – Decadência e prescrição	585
1 Distinção entre decadência e prescrição	585
2 Decadência e prescrição no custeio previdenciário	585
2.1 Decadência em relação às contribuições previdenciárias	586
2.2 Período de atividade do contribuinte individual alcançado pela decadência	592
2.3 Prescrição em relação às contribuições previdenciárias	593
2.4 Prescrição na restituição e compensação de contribuições	597
3 Decadência e prescrição em matéria de benefícios	598
3.1 Decadência	598
3.2 Prescrição	601
3.3 Acidente do trabalho	602
3.4 Anulação de ato administrativo relativo à concessão de benefício ...	603
Exercícios de Fixação	604
 Capítulo 15 – Isenção de contribuições	 607
1 Isenção ou imunidade?	607
2 Exigências estabelecidas em lei	608
3 Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social	611
3.1 Certificação de entidade de saúde	612
3.2 Certificação de entidade de educação	613
3.3 Certificação de entidade de assistência social	614
3.4 Competência para concessão da certificação	614
3.5 Cancelamento da certificação	615
4 Requisitos para a concessão da isenção	616
5 Contribuições isentas	617
6 Suspensão do direito à isenção	617
Exercícios de Fixação	618
 Capítulo 16 – Prova de inexistência de débito	 621
1 Competência para a emissão	621
2 Exigência da CND ou da CPD-EN	622
2.1 Da empresa	622
2.2 Do proprietário de obra de construção civil	624

2.3 Do incorporador	626
3 Prazo de validade	626
4 Verificação da autenticidade	626
5 Possibilidades de emissão da CND e da CPD-EN	627
6 Falta de apresentação de GFIP	628
7 Divergência entre os valores declarados na GFIP e os efetivamente recolhidos	628
8 Estados, Distrito Federal e municípios	629
9 Ato praticado sem apresentação da CND	630
Exercícios de Fixação	630
Capítulo 17 – Crimes contra a Previdência Social	633
1 Apropriação indébita previdenciária	633
1.1 Conduta típica	634
1.2 Desnecessidade do ânimo de apropriação para a configuração do delito	636
1.3 Bem jurídico tutelado	638
1.4 Sujeitos ativo e passivo	638
1.5 Pena	639
1.6 Extinção da punibilidade	640
1.7 Ação penal	643
1.8 Aplicação do princípio da insignificância	644
2 Sonegação de contribuição previdenciária	646
2.1 Conduta típica	646
2.2 Pena	647
2.3 Extinção da punibilidade	647
2.4 Ação penal	648
2.5 Bem jurídico tutelado e sujeitos ativo e passivo	649
3 Falsificação de documento público	649
4 Outros crimes	650
5 Regras gerais	651
6 Restrições	651
7 Apreensão de documentos	652
Exercícios de Fixação	653

Capítulo 18 – Infrações à legislação previdenciária	659
1 Valores das multas	659
1.1 Infrações relacionadas à GFIP	662
1.2 Falta de inscrição de segurado	663
1.3 Falta de comunicação de acidente de trabalho	663
1.4 Infrações relacionadas à GPS	666
1.5 Instituições financeiras	666
1.6 Órgão gestor de mão de obra	667
1.7 Demais infrações	667
2 Circunstâncias agravantes da penalidade	668
3 Gradação das multas	668
4 Auto de Infração – AI	669
Exercícios de Fixação	669
 Capítulo 19 – Recursos das decisões administrativas	 673
1 Processo relativo ao custeio previdenciário	673
1.1 Competência para julgar o processo	673
1.2 Impugnação	674
1.3 Recurso dirigido ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais	675
1.3.1 Recurso voluntário	676
1.3.2 Recurso de ofício	676
1.4 Recurso dirigido à Câmara Superior de Recursos Fiscais	677
1.5 Esquema gráfico do processo administrativo fiscal	677
2 Processo relativo aos benefícios previdenciários	678
2.1 Instâncias recursais	678
2.2 Efeito dos recursos	678
3 Renúncia à instância administrativa	679
Exercícios de Fixação	679
 Capítulo 20 – Dívida ativa: inscrição e execução judicial	 683
1 Inscrição	683
2 Prerrogativas do crédito previdenciário	684
3 Requisitos da Lei de Execução Fiscal	684
4 Protesto de título	685

5	Indicação de bens à penhora	685
6	Leilão judicial de bens penhorados	685
7	Parcelamento do valor da arrematação	686
8	Adjudicação do bem penhorado	687
9	Concordância com valores divergentes	687
	Exercícios de Fixação	688
Capítulo 21 – Estrutura do INSS		691
1	Estrutura organizacional	691
2	Direção e nomeação	692
	Exercícios de Fixação	693
Capítulo 22 – Regime Próprio de Previdência Social		695
1	Beneficiários do RPPS	696
2	Custeio do RPPS	698
2.1	Contribuição dos servidores ativos	698
2.2	Contribuição de aposentados e pensionistas	702
2.3	Contribuição do ente federativo	704
3	Aposentadorias do RPPS	704
3.1	Cálculo dos proventos de aposentadoria	705
3.2	Aposentadoria compulsória	706
3.3	Aposentadoria por invalidez	707
3.4	Aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição	709
3.5	Aposentadoria voluntária por idade	709
3.6	Aposentadoria do professor	710
3.7	Aposentadoria especial	711
3.8	Aposentadoria especial de servidor público policial	712
4	Regras de transição para concessão de aposentadoria	713
4.1	Servidores ingressos até 16/12/1998	713
4.1.1	Regra do art. 3º da EC 47/2005	713
4.1.2	Regra do art. 2º da EC 41/2003	714
4.2	Servidores ingressos até 31/12/2003	717
4.2.1	Regra do art. 6º da EC 41/2003	717
4.2.2	Regra do art. 6º-A da EC 41/2003	717
4.3	Direito de opção pela regra mais vantajosa	718

4.4	Quadro-resumo das aposentadorias voluntárias	718
5	Pensão por morte do RPPS	720
6	Benefício especial para os servidores federais que aderirem à Funpresp	722
7	Outros benefícios	724
8	Reajustamento dos benefícios	725
9	Limite máximo dos benefícios do RPPS	726
10	Possibilidade de aplicação de teto equivalente ao do RGPS	727
11	Abono de permanência	730
12	Um único RPPS por ente federativo	731
	Exercícios de Fixação	732
 Capítulo 23 – Previdência dos militares das Forças Armadas		737
1	Introdução	737
2	Transferência para a inatividade remunerada	738
2.1	Reserva remunerada	738
2.1.1	A pedido	738
2.1.2	<i>Ex officio</i>	739
2.2	Reforma	742
2.2.1	A pedido	742
2.2.2	<i>Ex officio</i>	742
2.3	Renda mensal dos proventos da inatividade	743
3	Pensão militar	744
3.1	Contribuintes obrigatórios da pensão militar	744
3.2	Contribuição para a pensão militar	744
3.3	Beneficiários da pensão militar	745
3.4	Valor da pensão militar	746
3.5	Rateio da pensão militar	746
3.6	Data do início da pensão militar	747
3.7	Pensão militar para filhas maiores de 21 anos e capazes	747
4	Reajustamento dos benefícios com base na paridade entre ativos e inativos	747
5	Dos limites dos proventos	748
6	Contribuição para a assistência médico-hospitalar e social do militar ...	748
	Exercícios de Fixação	749

Capítulo 24 – Previdência complementar	751
1 Previdência complementar privada	751
1.1 Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC	753
1.1.1 Entidades fechadas criadas por patrocinador	754
1.1.2 Entidades fechadas criadas por instituidor	754
1.1.3 Órgãos regulador e fiscalizador	755
1.1.4 Estrutura mínima para o funcionamento	755
1.1.5 Custeio das entidades fechadas	756
1.1.5.1 Regimes financeiros	756
1.1.5.2 Contribuições normais e extraordinárias	757
1.1.5.3 Resultado superavitário	757
1.1.5.4 Resultado deficitário	757
1.1.5.5 Demonstrações contábeis e avaliações atuariais	758
1.2 Entidades Abertas de Previdência Complementar – EAPC	758
1.3 Beneficiários dos planos de previdência complementar	759
1.4 Planos de benefícios	760
1.4.1 Planos de benefícios de entidades fechadas	761
1.4.1.1 Benefício proporcional diferido – <i>Vesting</i>	761
1.4.1.2 Portabilidade	762
1.4.1.3 Resgate	763
1.4.1.4 Autopatrocínio	765
1.4.2 Planos de benefícios de entidades abertas	765
1.4.2.1 Planos individuais	766
1.4.2.2 Planos coletivos	766
1.4.2.3 Resgate e portabilidade nas entidades abertas	767
2 Previdência Complementar Pública	767
2.1 Fixação do teto do RGPS para aposentadorias e pensões do RPPS ...	768
2.2 Instituição do regime	770
2.3 Forma de constituição da entidade	770
2.4 Modalidade dos planos de benefícios	770
2.5 Base de cálculo da contribuição do participante	771
2.6 Contribuição do patrocinador	772
2.7 Funpresp	772
Exercícios de Fixação	775

Capítulo 25 – Assistência Social	779
1 Conceito	779
2 Objetivos	779
3 Princípios	780
4 Diretrizes	780
5 Organização e gestão	781
5.1 Competência da União	783
5.2 Competência dos estados	783
5.3 Competência do Distrito Federal e dos municípios	784
5.4 Instâncias deliberativas	784
5.4.1 Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS)	785
5.4.2 Competência do CNAS	786
6 Benefícios e serviços	787
6.1 Benefício de Prestação Continuada (BPC/LOAS)	787
6.2 Benefícios eventuais	792
6.3 Programas de assistência social	793
6.4 Projetos de enfrentamento da pobreza	793
6.5 Serviços	793
Exercícios de Fixação	794
 Capítulo 26 – Saúde	 797
1 Introdução	797
2 Princípios e diretrizes	797
3 Sistema Único de Saúde (SUS)	799
3.1 Objetivos e atribuições do SUS	799
3.2 Organização, direção e gestão	801
4 Serviços privados de saúde	802
4.1 Participação complementar da iniciativa privada no SUS	803
5 Aplicação de recursos em ações e serviços públicos de saúde	803
Exercícios de Fixação	805

Capítulo 27 – Competência para julgamento das ações previdenciárias	809
1 Benefícios previdenciários comuns	809
1.1 Reconhecimento de união estável	810
1.2 Juizados Especiais Federais	811
1.3 Desnecessidade de prévio requerimento administrativo como condição da ação previdenciária	812
2 Benefícios acidentários	814
3 Benefício de prestação continuada da assistência social	817
4 Ação de execução fiscal	818
5 Execução de contribuições previdenciárias na Justiça do Trabalho	819
6 Mandado de Segurança	820
7 Ação Civil Pública	822
8 Benefícios da Previdência Complementar	822
Exercícios de Fixação	823
 Capítulo 28 – Súmulas Previdenciárias	 825
1 Súmulas do Supremo Tribunal Federal	825
2 Súmulas do Superior Tribunal de Justiça	827
3 Súmulas da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais	829
Exercícios de Fixação	834
 Capítulo 29 – Seguro-desemprego do pescador artesanal	 837
1 Introdução	837
2 Financiamento do benefício	838
3 Concessão do benefício	838
4 Prazo máximo de duração do benefício	839
5 Acumulação com outros benefícios	839
6 Cancelamento do benefício	840
Exercícios de Fixação	841
 Gabarito dos exercícios	 843
Referências bibliográficas	845